

Políticas públicas sustentáveis: conceitos, desafios e práticas para a conservação e a ampliação de florestas no Cerrado

Mallú de Mendonça Barros¹

Resumo

O propósito deste estudo é apresentar a relevância da preservação ambiental, como uma nova forma de planejamento estratégico da Administração Pública, bem como considerar os elementos normativos que valorizam e garantam a criação de ações e programas institucionais e de políticas públicas voltadas a preservação da biodiversidade vegetação do Cerrado. Por fim, este trabalho elenca as ações da gestão pública que desenham os incentivos de desenvolvimento regional em práticas de sustentabilidade no Estado de Goiás que promovam a preservação e conservação das florestas nativas.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Gestão Ambiental; Desenvolvimento regional.

Sustainable public policies: concepts, challenges and practices for the conservation and expansion of forests in the Brazilian Cerrado

Abstract

The purpose of this study is to present the relevance of environmental preservation as a new form of strategic planning of the Public Administration, as well as to consider the normative elements that value and guarantee the creation of actions and institutional programs and public policies aimed at the preservation of biodiversity Savanna's vegetation. Finally, this work summarizes the actions of public management that design the incentives for regional development in sustainability practices in the State of Goiás that promote the preservation and conservation of native forests.

Keywords: Savanna vegetation; Indicator on sustainable; Regional development.

¹ Graduada em Administração - Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC-GO. Mestre em Preservação e Conservação do Bioma do Cerrado PPGCRENAC-IFGOIANO. Doutoranda em Agronegócios PPGAGRO-UFG. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão pela Universidade Federal Fluminense UFF. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade LIONS FacLIONS. mallumendonca.adm@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/5694875693173557>

Políticas públicas sustentáveis: conceitos, desafios e práticas para a conservação e a ampliação de florestas no Cerrado

1. Introdução

As Políticas públicas são alguns dos mecanismos usados pelo gestor público no sentido de dialogar e de atender as demandas sociais e de Estado que, muitas vezes reivindicadas por grupos específicos e por projetos institucionais, corroboram para o bem estar da coletividade e afastam-se, nesse sentido, de marginalizar demandas reais e existentes que precisam de atendimento, pois interagem com conjunto de negociações políticas (*politics*), fomentando ações estratégicas, em sua maioria permanentes e de longo prazo, para que haja o atendimento do múnus público com repercussões efetivas e que extrapolam o contexto Governamental.

Para Souza (2003), a política pública é uma expressão de decisões de pessoas que estão ocupando posições definidas no governo, uma ação localizada em instituições específicas, lugares que possuem ou dão a prerrogativa a quem os ocupa de realizar determinadas atuações. É uma esfera de atuação institucionalizada que pode resultar em demandas dos governados ou em ação do governante que, através do resultado de uma pesquisa, por exemplo, pense que é necessária a entrada do Governo em uma área na solução de problemas que afetam a vida das pessoas.

Embora as políticas públicas voltadas para a sustentabilidade sejam recentes no que concerne ao bioma do Cerrado – que recentemente foi reconhecido como unidade biológica e espaço geográfico de relevância para a proteção das particularidades de espécies das comunidades biológicas existentes no Brasil –, os diálogos concernentes à conservação, divulgação e preservação, têm sido também inaugurados pelos agentes políticos que tem tido a tarefa voltada para ações de conscientização sócio ambiental e execução de aporte a projetos que consagrem essa temática de sustentabilidade - até por considerarem a viabilidade de outros agentes e impactos socioeconômicos necessários para o desenvolvimento regional nessas áreas contempladas pelo (trânsito) do Cerrado brasileiro, haja vista a sua grandiosa extensão que passa pelos seguintes entes federados: GO, PI, TO, MA, BA, DF, MT, MS, AM e PA.

Nesse sentido, o projeto de uma sociedade sustentável está na construção de uma agenda democrática no país, reivindicando e fazendo com que as camadas populares tornem-se sujeitos políticos de seu ambiente material, territorial, social, econômico e ambiental. A sociedade sustentável é aquela em que o desenvolvimento está integrado à natureza, com respeito à diversidade biológica e sociocultural, exercício responsável e consequente da cidadania, distribuição equitativa das riquezas e condições (ACSERALD E LEROY, 1999).

O objetivo deste estudo consiste em identificar as políticas públicas socioambientais que criem práticas de sustentabilidade no Estado de Goiás e promovam a preservação do bioma Cerrado, sabendo-se ser esta uma região do agronegócio, portanto, voltada tanto para a agropecuária quanto para a agricultura (que vai da familiar àquela de geração de alimentos em vultosa quantidade - como a soja e o milho) e que por recomendação legal deve atentar quanto preservação das matas nativas do Cerrado, estimulando-se ainda o viés do desenvolvimento regional.

Busca-se, desta maneira, compreender a existência de políticas públicas voltadas para as questões ambientais de conservação de vegetação nativa, bem como elencar algumas atividades já discutidas na agenda pública sustentável do Estado que atendam as demandas socioambientais na preservação do Cerrado. Em outras palavras, verificar se existem e quais

as contrapartidas solicitadas pelos Programas das políticas públicas do Estado de Goiás que buscam o propósito de qualidade de vida e de desenvolvimento regional sustentável e que criem vantagens competitivas para o próprio Estado desde que se protejam, preservem ou reconstruam as matas nativas na região.

Por fim, este trabalho visa apresentar a preocupação com Cerrado a partir das políticas públicas como uma necessidade, valorando-se a necessidade de conservação do bioma, bem como a problemática da biodiversidade que esse ecossistema apresenta, descrevendo-se as principais ações que têm sido discutidas e, sobretudo, formuladas estrategicamente como parte de um diálogo e negociação próprios da política pública que reúne, de um lado, o propósito de agir do gestor público e, de outro, e muitos interesses (nem sempre convergentes) para o bem estar da coletividade.

2. Políticas públicas sustentáveis: aspectos históricos e principais influências

O pensamento sustentável foi inaugurado na segunda metade do século XX, a partir dos notórios impactos climáticos no planeta ocasionados pelo acelerado estado desenvolvimentista fabril. Mais precisamente após a segunda guerra mundial, o processo produtivo atendia um momento de reconstrução de nações, de economias e de insuficiências orientadas pelo consumo exacerbado e do uso irrestrito e abusivo dos recursos naturais, em razão da demanda originária das novas transformações sociais e econômicas.

Essa transformação progressiva da economia era motivada pela sociedade, alimentada pelo consumismo do potencial produtivo e visava atender as novas gerações (baby boomers e geração X e Y), sem se preocupar, todavia, com as repercussões de ordem ambiental. Tratava-se de um viés meramente mercantilista e mercadológico, impulsionado pelo processo produtivo mundial, associado aos altos índices desenvolvimentistas das grandes corporações fabris no século XX, que atuavam incessantemente na produção e na distribuição de bens e de serviços úteis à sociedade consumista, criando uma relação de necessidade e de economia, cuja cultura econômica desprezava a relação da sociedade com a natureza.

O que se verificava era um acelerado processo de investimento e de desenvolvimento de tecnologias, de campanhas publicitárias, de criação de empregos, de arrecadação tributária, de oportunidades de negócios, da globalização de informações e da fomentação das multinacionais exercendo efeitos multiplicadores para atender as demandas de consumo, como se os recursos naturais fossem infinitos e que os ecossistemas possuíssem rápida reconstrução.

Segundo Abramovay (2012, p.65), um dos frequentes argumentos a favor do caráter universalmente construtivo do crescimento econômico é que, independentemente daquilo que é produzido ou oferecido, ele tem a dupla virtude do potencial de criar empregos e estimular a inovação, no entanto, nem tudo o que é oferecido à vida social pelo sistema econômico corresponde as reais utilidades e pode corresponder à ampliação permanente do consumo sobre os ecossistemas.

Em decorrência desse uso indiscriminado, um novo ciclo desenvolvimentista se inicia e os empresários passaram a considerar as necessidades do consumidor e ainda criar cenários produtivos, entretanto, considerando-se que isso deveria alinhar-se, necessariamente, ao conceito de sustentabilidade, de prevenção contra poluição, da preservação e ressignificação dos recursos naturais.

Diante desse contexto, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, denominada de Rio 92 ou Eco 92, consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, envolvendo a comunidade científica e a opinião pública.

Diante disso, torna-se importante ressaltar que o desenvolvimento sustentável surge atrelado a um crescimento econômico contanto que de modo sustentável; o desenvolvimento necessita compatibilizar crescimento econômico, distribuição de riqueza e preservação ambiental. Portanto, satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras (COSTA & CAPORAL, 2002, p.2).

Esse novo padrão denominado de sustentável, reuniu chefes de Estado de 179 países, num evento intitulado de “Agenda 21”. O instrumento coletivo desenvolvimentista do século 21, defende a criação de sociedades sustentáveis, conciliando diálogos de justiça social, proteção ambiental, eficiência econômica – consolidado num documento de 40 capítulos abordando-se as seguintes temáticas: cooperação internacional (para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento e políticas internas correlatas); combate ao desflorestamento; conservação da diversidade biológica; promoção do ensino, da conscientização e do treinamento; informação para a tomada de decisões.

2.1: A prudência ecológica: da complexidade dos sujeitos e agentes na elaboração de uma agenda da política pública sustentável

Conforme Barbosa *apud* Veiga (2005), “o desenvolvimento sustentável é considerado um enigma que pode ser dissecado numa utopia para o século XXI, um novo paradigma científico capaz de substituir os paradigmas do “globalismo”” e dar novos contornos estratégicos à Administração Pública.

A sustentabilidade voltada para o meio ambiente no bioma do Cerrado, significa movimentar-se quanto ao atendimento dos Princípios Constitucionais, dentre eles o da Legalidade e o da Eficiência Pública. Em outras palavras, a legislação brasileira considera o regramento capaz de dar suporte às ações e metas voltadas este novo comportamento e demanda mundial quanto a preservação ambiental e cria os estímulos para políticas para a formação de uma agenda que vise o bem-estar da coletividade.

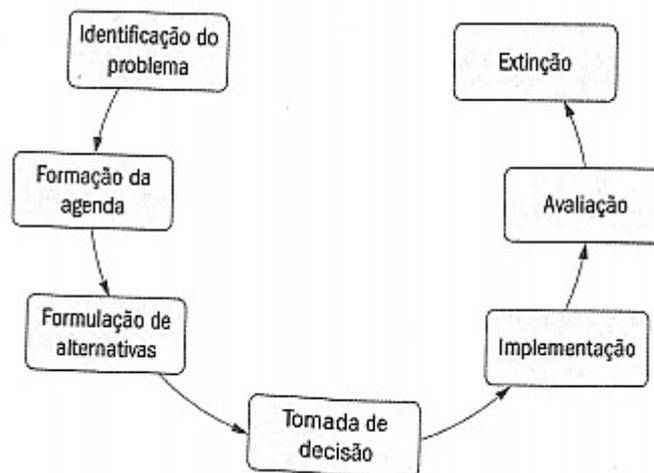


Figura 1 - O Ciclo das Políticas Públicas. Fonte: Ciclo de Políticas Públicas - Encontro Programa de Proteção as Políticas Públicas (2012)

Numa política pública há uma de um lado os atores e de outra a agenda (que compreende: a identificação do problema, o planejamento, a formulação de alternativas e o pessoal). Isto é, um mecanismo que desenvolve-se mediante a junção das partes, como uma engrenagem para que possa eficientemente funcionar o todo. Assim é a política pública, para a Administração Pública, segundo Rua (2012, p.47) “redes de entidades e instituições que somam capacidades que vão além da capacidade de ação isolada do Estado na resolução de problemas de interesse público”.

Ademais, numa política pública ambiental do cerrado, há outra característica relevante: a extensão territorial. De acordo Ratter et. al (1997), o Cerrado concentra a maior extensão da vegetação savana do mundo, pois supera os 2 milhões de quilômetros quadrados, portanto, uma área superior à soma de alguns países da Europa (França, Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e Bélgica), envolvendo a região centro sul do Brasil, o que equivale a 23% do território nacional e significa dizer que o Cerrado é nacional, e requer atenção de mais de uma unidade federada, dentre elas: GO, PI, TO, MA, BA, DF, MT, MS, AM e PA. Daí o entendimento que o Cerrado é mais que um bioma, trata-se de um Domínio.

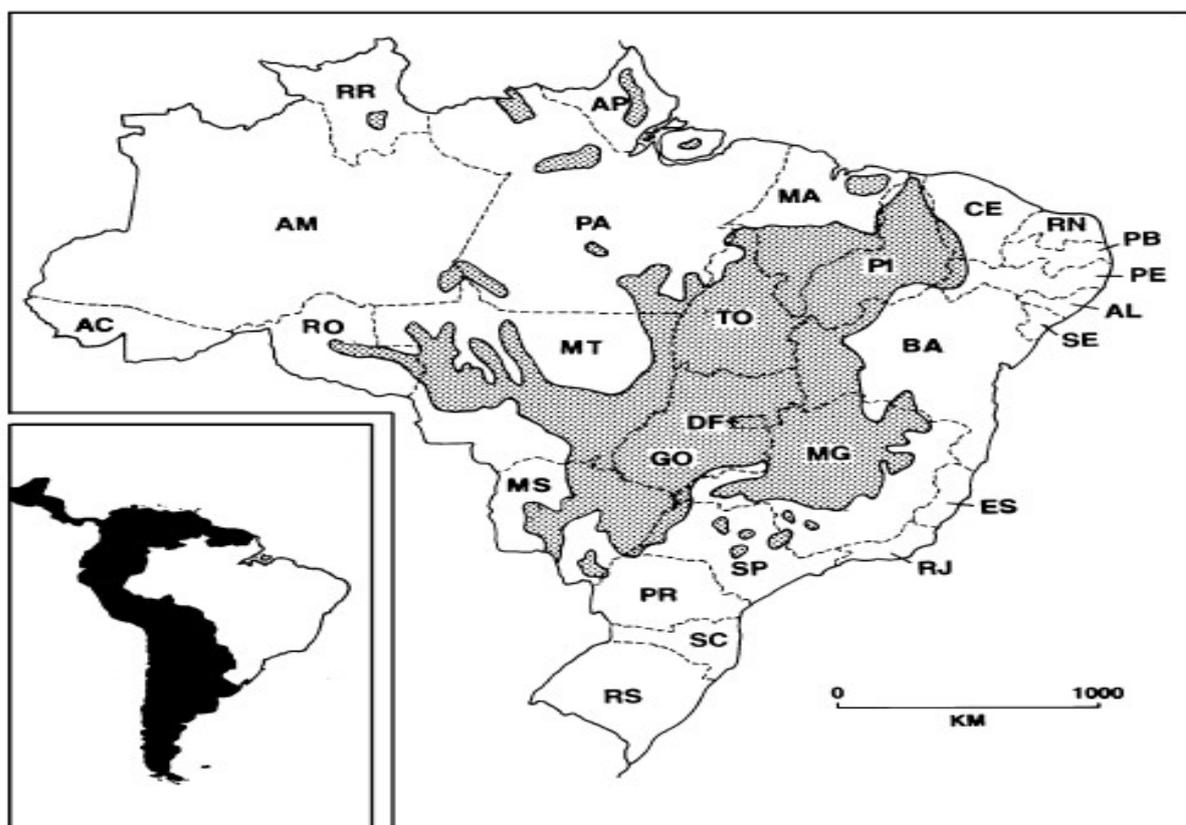


Figura 2 - A extensão do Cerrado brasileiro. Fonte: Botanical Briefing The Brazilian Cerrado Vegetation and Threats to its Biodiversity (1997)

Segundo O Programa Nacional de Conservação e uso sustentável do bioma Cerrado, do Ministério do Meio Ambiente (2003, p. 13), a riqueza da biodiversidade deste domínio é comparada a uma grande caixa d'água no continente Sulamericano, captando águas pluviais que abastecem nascentes que formam rios das bacias do Amazonas, Tocantins, Parnaíba, São Francisco, Paraná e Paraguai. Também pelos imensos aquíferos aqui encontrados, entre eles os aquíferos Guarani, ou seja, o Cerrado é fundamental para a manutenção do equilíbrio hidrológico no país. Destruir nascentes, rios, veredas implica tornar inviável a sobrevivência das espécies biológicas e das populações humanas que dependem dessas águas, inclusive para atividades produtivas, dentro e fora da região Cerrado.

2.1.1: A vegetação do Cerrado e os reflexos do desenvolvimento regional no agronegócio

Os rios que cortam as matas tornam-se fundamentais para o desenvolvimento regional, pois colaboram pela qualidade do solo e da biodiversidade. A maioria do Cerrado tem alto potencial e exercício do agronegócio (agropecuária leiteira e de corte e agricultura, que vai da familiar à produção industrial de gêneros alimentícios, como soja e milho).

Portanto, é preciso considerar que, apesar do histórico de destruição da vegetação, as formações florestais existentes no Cerrado são denominadas de Mata Seca, Mata de Galeria, Mata Ciliar e Cerradão com alta riqueza florística, com uma variação fitofisionômica que detém cerca de 6.600 espécies em sua flora, sendo que cerca de 40% das espécies arbóreas são endêmicas, apesar da ocorrência de outras espécies arbóreas compartilhadas com outros Biomas.

Se a agenda pública no passado estimulava a exploração desenfreada e absoluta de recursos naturais devido ao “chamamento público” para o Centro-Oeste, tanto para a agropecuária como, *a posteriori*, da agricultura na década de 30 - que desencadeou uma série de queimadas (como forma de preparo da terra para o plantio), do assoreando dos rios e o empobrecimento do solo com a criação de gado – isso tem sido modificado, por exemplo, diante de um estudo encomendado pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2007, para verificar as áreas que remanescentes deste bioma até 2010.

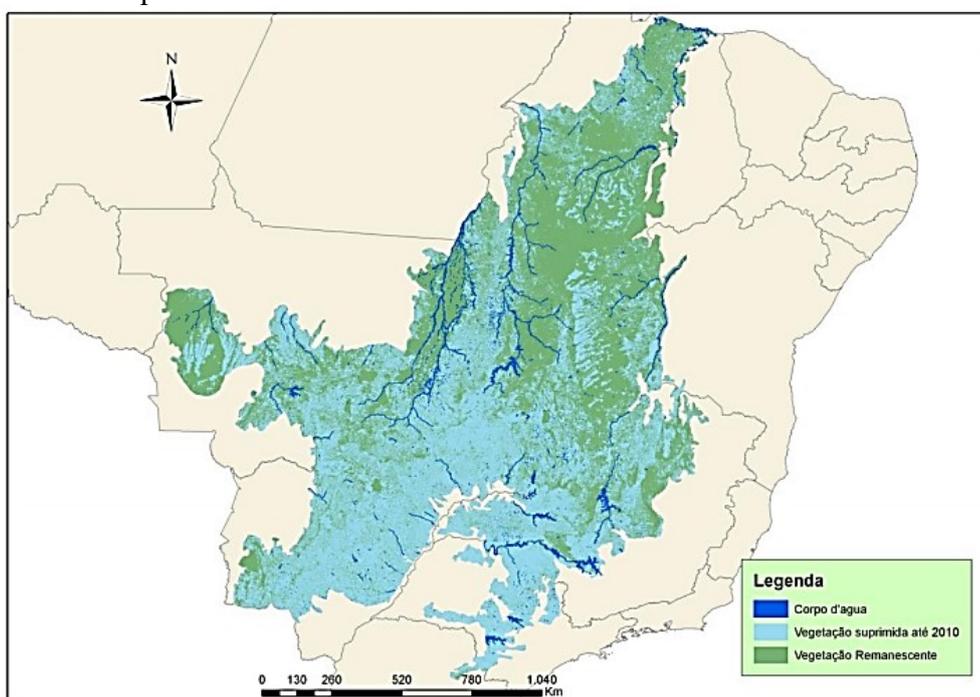


Figura 3 - Distribuição das áreas antropizadas (ação do ser humano no meio ambiente) e respectivos remanescentes florestais até o ano de 2010 .Fonte: Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2007)

Segundo o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade (MMA, 2007, p.17), os resultados do Mapeamento de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros (escala de 1:250.000), considerou que o bioma Cerrado, até 2009, teve os seguintes resultados: a) cobertura vegetal natural – 51,16%; b) cobertura vegetal antrópica – 48,22%; e massa d'água – 0,6%. Em termos históricos, o bioma Cerrado teve uma área suprimida de 43,6% até o ano de 2002 e de 47,8% até o ano de 2008, e avalia que a vegetação do Cerrado está comprometida, em que a taxa anual de desmatamento foi de 0,3%, a maior taxa dentre os seis biomas brasileiros no mesmo período, considerando-se a inexistência de dados de desmatamento antes de 2002.

O paradigma das políticas públicas no Cerrado, quanto ao significativo estado desenvolvimentista regional, durante muito tempo se afastou da preocupação dos efeitos danosos que se desencadeavam-se na natureza, e colocou em risco os recursos naturais que se tornaram agentes influenciadores da má qualidade do ar, na escassez da água, da depleção da camada de ozônio e, por óbvio, no aumento da temperatura (do aquecimento) global.

Diante do novo cenário mundial, novidades e decisões políticas que consideram o fortalecimento do diálogo institucional da Administração Pública, das Organizações Não-Governamentais e da comunidade interessada na questão da valorização da biodiversidade da vegetação do Cerrado têm dado maior controle sobre a dinâmica do desmatamento e da reconstrução e preservação das áreas nativas.

2.1.2: O Tesouro Verde: uma Política Pública do Governo de Goiás para reconstrução, preservação e conservação da vegetação do Cerrado

O Programa Tesouro Verde, nesse sentido, atua como estratégia de gestão, prática e inteligente de uma Políticas Pública Governamental, como novidade quanto ao atendimento das demandas sociais, Instituições ambientalistas, sociedade científica e dentre outras.

Trata-se de uma Política Pública que versa sobre a Preservação e Conservação da Floresta Nativa do Cerrado em Goiás, e que foi instituída pela Lei 19.763, de 18 de julho de 2017, capaz de gerir operações para representar os ativos de natureza intangível, como originários de conservação e ampliação de florestas nativas.

O Programa tem por objetivo estimular a expansão da base econômica em consonância com a dinâmica da economia verde, a partir do controle da emissão de carbono, da eficiência no uso de recursos naturais e na busca pela inclusão social.

Esta Política Pública versa pelo desenvolvimento regional e pela conservação e a ampliação das florestas nativas, criando uma cultura dinâmica de uma economia verde, capaz de mitigar a emissão de carbono, e criar créditos como contrapartidas para aqueles que ingressarem no Programa.

Um movimento internacional inaugurou a conversão de créditos de proteção ambiental em benefícios para seu gerador, assim o mercado de carbono foi pela primeira vez visualizado a partir do Protocolo de Kyoto (em que cada tonelada de CO₂ ou equivalente que não emitida ou retirada da atmosfera resultaria em créditos para seu detentor e poderia ser negociado no mercado de capitais). Esse rito de preservação ambiental tornou-se moeda mundial e traz benefícios para o desenvolvimento de uma região, e cria selos de crédito floresta.

Os créditos pela preservação ambiental podem também ser leiloados nas bolsas de valores - no Brasil a negociação se dá na BM&FBOVESPA, mediante o credenciamento de corretoras habilitadas que representam os clientes e os ativos gerados.

A Política Pública Tesouro Verde, visa o desenvolvimento das regiões em que se preserva as florestas nativas e, uma vez preservado ou reconstruído um espaço florestal do bioma do Cerrado, emite-se um certificado com credibilidade internacional, a partir de um *software* (calculadora digital) criado para esse fim. Para cumprir a cota de redistribuição socioambiental (CRS) que faz a compensação e que calcula a área protegida em função de créditos pelo tamanho da área, além de viabilizar a vantagens de concessões em subsídios oferecidos para os investidores que detêm o selo verde, conforme o Decreto N° 9101/2017.

O foco das políticas públicas sustentáveis para a conservação e ampliação de florestas nativas do Cerrado tem ilustrado um projeto e conjunto de sistemas físicos, humanos e tecnológicos no sentido de dar aso ao fornecimento de créditos (ativos) gerados por um plano de negócios que visa o desenvolvimento sustentável na região.

Os projetos que compensam e agregam valor a sustentabilidade, visualizado nas políticas públicas no Estado de Goiás, sobre o bioma do Cerrado, embora incipientes, congregam a temática crédito floresta, que é uma unidade de medida, de credibilidade internacional, amparado pelo código florestal brasileiro e pela Constituição Federal (art. 225, CF).

O Tesouro Verde é uma Política Pública para o Estado de Goiás que cria uma cultura de prestação de serviços tecnológicos e ambientais, que garanta investimentos nas regiões da

floresta nativa com garantias de rentabilidade e valoriza novas práticas que instiguem a cultura socioambiental do bioma do Cerrado.

3. Metodologia

3.1 Método e organização do instrumento de pesquisa.

O presente estudo constitui-se de uma revisão bibliográfica, do tipo descritiva, “método que tem a finalidade de reunir e sistematizar os resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão de maneira sistemática e organizada, que contribui para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado (SOUZA et al, 2010).

Para o levantamento dos dados, realizou-se buscas por artigos indexados nas bases de dados do portal de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Cientific Eletronic Library Online (SciELO), e Google Acadêmico, utilizando-se as seguintes terminologias: “Bioma”, “Cerrado”, “Políticas Públicas”, “Sustentabilidade”, “Florestas Nativas”, “Desenvolvimento Regional”.

Os critérios de inclusão dos artigos definidos para a presente revisão foram: artigos nacionais (Língua Portuguesa com resumos completos disponíveis na íntegra nas bases de dados selecionados), nas Legislações que fundamentam o tema e focou-se na região do Cerrado do Centro-Oeste brasileiro. Foram excluídos dos estudos àqueles que não consideravam a vegetação do Domínio do Cerrado e aqueles que se repetiam entre as bases de dados.

Por fim, a revisão bibliográfica é indispensável para a delimitação do problema em um projeto de pesquisa e para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um tema, sobre suas lacunas e sobre a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento (LAKATOS & MARCONI, 2010), haja vista que o enfoque do estudo foi contextualizar, uma demanda socioambiental do Cerrado, diante da contribuição das Políticas Públicas que dialogam com diversos atores, além e verificar a eficácia dos resultados dessas Políticas dentro da Administração Pública.

4 Considerações finais

À luz da revisão do aporte teórico utilizado nesta pesquisa, evidencia-se que no tocante à problemática socioambiental, há uma democratização para que os sujeitos e instituições interessadas nas questões de preservação das florestas nativas do Cerrado que possam dialogar com os agentes públicos, à luz da legislação existente e que se fomentem em ações e Programas de Políticas Públicas.

Muito embora, fique evidenciado que as questões mercadológicas de outrora, que motivavam as Políticas Públicas desenvolvimentistas no passado sem zelo quanto aos recursos ambientais, os quais eram consumidos de forma indiscriminada pelas unidades fabris, o que se observa nesse estudo é que, o viés econômico ainda é uma realidade, todavia, aliado a plataformas tecnológicas que calculam e convertem a percepção ambiental em créditos e contrapartidas para a preservação ambiental, sobretudo, no caso do Programa Tesouro Verde, em que, os usuários podem comprar, vender ou negociar os ativos de créditos florestas na bolsa de valores ou em troca de subsídios de outros Programas de Governo que instigam o Fomento e desenvolvimento regional.

Por outro lado, deve-se considerar o salto estratégico quanto a Gestão pública, pois criou mecanismos tecnológicos, que garante diálogos na qualidade e na consciência da questão ambiental e traz a tona uma identidade crescente entre o significado de Política Pública não ser competência apenas do agente público, e, ainda de promover práticas que

reforçam a necessidade de alianças e interlocuções coletivas (entre pessoas físicas e/ou jurídicas).

Nota-se, ainda, a forte tendência à existência de práticas de desenvolvimento regional pelo viés ambiental, cujas atividades associadas à ações oriundas de diálogos de Movimentos e Organismos Internacionais, gerando, por conseguinte, espaços de representação desses atores no contexto do Bioma do Cerrado que sejam atinentes às Políticas Públicas Locais, legítimas e acompanhado, quase que imediatamente, as práticas e comportamento que geram, coalizões na sociedade civil que fortalecem tanto as questões políticas quanto econômicas e ambientais.

Referências

- ABDALA, K. O; SANTOS, M. M. - **Políticas agrícolas, Desenvolvimento Regional e Agrícola Familiar.** Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/viewFile/405/336> Acesso: 03. Out. 17.
- ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde.** São Paulo. Ed. Abril, 2012. 248p.
- ACSELRAD, H. e LEROY, J. **Novas premissas da sustentabilidade democrática.** Cadernos de debate Brasil Sustentável e Democrático, n. 1. Rio de Janeiro: FASE, P. 11-47, 1999.
- BARBIERI, J.C; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável.** São Paulo: Saraiva 2009.
- BARBOSA, G.S. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: http://files.gtsustentabilidade.webnode.com/200000055d44dfd5476/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf Acesso: 23. Mar. 18.
- BRASIL- **Programa Tesouro Verde** (Lei 19763/17) - Disponível em http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=21633Acesso: 31. Mar. 18.
- BRASIL - **Programa Tesouro Verde** - procedimentos para licenças ambientais (Decreto 9101/17) - Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=353333> Acesso: 31. Mar. 18.
- COSTA, J. A; CAPORAL, F. R - **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável.** Disponível em: <http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/JoseAntonio.pdf> Acesso: 23. mar. 18.
- FERREIRA JR, L. G. **A encruzilhada socioambiental: biodiversidade, economia e sustentabilidade no cerrado.** 1a.ed. - Goiânia: Ed. da UFG, 2008. 240 p.
- FERREIRA, L. C.; TAVOLARO, S. B. F. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a17.pdf> Acesso: 23. Mar. 18.
- INTERNET - **Agenda 21.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global> Acesso: 23. Mar. 18.
- INTERNET- **Ciclo de Políticas Públicas - Encontro Programa de proteção.** Disponível em: <https://encontroprogramadeprotecao.files.wordpress.com/2011/11/ciclo-de-polc3adticaspc3bablicas.Pdf> Acesso: 30. Mar. 18.

INTERNET - **Conheça o ciclo das políticas públicas Politize!** Disponível em: <http://www.politize.com.br> Acesso: 30. Mar. 18.

INTERNET - **Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM).** Disponível em: <http://www.ibram.df.gov.br/informacoes/meio-ambiente/biomacerrado.html> Acesso: 25.mar.18

INTERNET - **Monitoramento Do Bioma Cerrado 2009-2010** Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatoriofinal_cerrado_2010_final_72_1.pdf Acesso: 30. Mar. 18.

INTERNET - **Programa Nacional de Conservação e uso sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável.** BsB-DF. MMA. Portaria Nº 361, de 2003. 56p. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/201/_arquivos/programa_cerrado_sustentvel_201.pdf.
Acesso: 23. Mar. 18.

INTERNET - **Programa Nacional de Florestas (PNF).** Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_pnf/_arquivos/est_pnf_por_t.pdf. Acesso: 30.dez.17.

INTERNET - **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa> Acesso: 30.dez.17.

INTERNET- **Programa Produzir.** Secretaria de Desenvolvimento de Goiás. Disponível em: <http://www.sed.go.gov.br/post/ver/193331/produzir> Acesso: 31.mar.18.

RATTER, J. A, J. F. RIBEIRO. and S. BRIDGEWATER - **The Brazilian Cerrado Vegetation and Threats to its Biodiversity** Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305736497904698> Acesso: 22.mar.18

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. 5. São Paulo: Atlas, 2007.

LEITÃO, P. W. ALBAGLI, S.; LEITE, F. **Políticas Públicas e biodiversidade no Brasil.** Disponível em: [http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/58-probio-iseriebiodiversidade?](http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/58-probio-iseriebiodiversidade?download=1007:politicass-pubblicas-e-biodiversidade-no-brasil)

[download=1007:politicass-pubblicas-e-biodiversidade-no-brasil](http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/58-probio-iseriebiodiversidade?download=1007:politicass-pubblicas-e-biodiversidade-no-brasil) Acesso: 22.mar.18

PETER, H. M. (Org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática / 2a.ed.**Rio de janeiro: Elsevier: Campus, 2010. 379 p.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas** 2. ed. Reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

SOUZA, C. **Políticas públicas e orçamento público: Conflitos e cooperação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOUZA, M.P, SILVA M.D, CARVALHO R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein.** 8 (1Pt1): 102-6; 2010. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf Acesso: 28.abr.18.

TAVARES, Everkley Magno Freire. **Avaliação de Políticas Públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos.** Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT25022011193039.pdf> Acesso: 28 abr. 18.



VERISSIMO, A. FAO - Food and Agricultural Organization of the United Nations. **Estratégias e Mecanismos Financeiros para Florestas Nativas do Brasil.** Disponível em: <http://www.fao.org/forestry/12074-027fef11c6831b6a2995ab35f025d075c.pdf> Acesso: 30.dez.